

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.506 - RJ (2019/0303451-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MARCO AURELIO TORRES SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : WELLINGTON CORRÊA DA COSTA JÚNIOR - RJ093311
MARCO AURÉLIO TORRES SANTOS - RJ132210
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCIO JOSE GUIMARAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCIO JOSE GUIMARAES**, contra decisão proferida pela Desembargadora Relatora do HC n.º 0059947-19.2019.8.19.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta nos autos que o Juízo de Direito da 26.^a Vara Criminal da Capital, em acolhimento à representação da Autoridade Policial no bojo do Inquérito Policial n.º 025-01901/2018, decretou a prisão temporária do ora paciente e outros investigados, em 07/04/2019, bem como a busca e apreensão em alguns endereços (e-STJ, fls. 120-123).

Oferecida a denúncia, dando o paciente e demais envolvidos como incurso no art. 35, c/c o art. 40, inciso IV, ambos da Lei n.º 11.343/2006 (e-STJ, fls. 48-70), esta foi recebida em 11/09/2019 (e-STJ, 256-259) e, acolhendo o requerimento do Ministério Público, a magistrada singular decretou a prisão preventiva dos acusados (e-STJ, fls. 204-206).

Pugnando pela revogação da custódia cautelar, a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal *a quo*, tendo a Desembargadora Relatora negado seguimento ao pedido, monocraticamente (e-STJ, fls. 302-304).

Daí a presente impetração, em que se alega, resumidamente, a ausência de justa causa para a ação penal e de fundamentação idônea do decreto prisional.

Requer-se, em liminar, o sobrestamento do feito, com a retirada da pauta de audiência aprazada para 25/10/2019, com a revogação da prisão preventiva.

No mérito, pugna pelo trancamento da ação penal e a revogação da custódia provisória.

É o relatório.

Decido.

O presente *writ* foi manejado contra decisão singular de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sem que tendo havido a interposição de agravo regimental objetivando a manifestação do Órgão Colegiado daquela Corte.

Diante do não exaurimento da instância ordinária, e não se verificando a existência de flagrante ilegalidade, o presente *writ* não comporta conhecimento.

Esse é o entendimento firmado por ambas as Turmas componentes da Terceira Seção desta Corte, como demonstram os seguintes precedentes, a título ilustrativo:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
MANDAMUS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO TRIBUNAL
QUE RESTABELECEU PRISÃO PREVENTIVA. NÃO**

Superior Tribunal de Justiça

INTERPOSIÇÃO DO RECURSO AO COLEGIADO NA ORIGEM. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, não tendo a parte recorrente interposto agravo regimental para esgotamento da instância anterior, com vistas a atender os ditames do art. 105, II, da Constituição Federal, é incabível a impetração do habeas corpus, só se flexibilizando esse entendimento quando constatada ilegalidade flagrante. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 503.168/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 04/06/2019; sem grifos no original.)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS. QUADRILHA, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E DE MUNIÇÃO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL. WRIT CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBAGADOR. SÚMULA 691/STF. INCOMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL SUPERIOR. JURISDIÇÃO AINDA NÃO INAUGURADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento consolidado por esta Corte Superior é no sentido de que o pedido de reconsideração, interposto no prazo recursal de 5 dias, deve ser recebido como agravo regimental, nos termos dos arts. 258 e 259 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Hipótese em que o ato indicado como coator e impugnando na impetração, praticado por Desembargadora do TJRJ, deve ser submetido à análise do órgão julgador competente, por meio de agravo interno, não estando inaugurada, portanto, a jurisdição desta Corte Superior, consoante determinado no art. 105, II, a, da CF. Assim, a matéria não pode ser examinada, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 507.396/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019; sem grifos no original.)

Cito, ainda, recentes julgados proferidos pelas Primeira e Segunda Turmas do Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. SUPRESSÃO INSTÂNCIA.

1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

2. Inviável o exame de teses defensivas não analisadas pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. *Precedentes.*

3. Agravo regimental conhecido e não provido." (HC 171.614 AgR, Rel. Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/09/2019; grifos diversos do original.)

"Agravo regimental em habeas corpus. 2. Penal e Processual Penal. 3. Sequestro e cárcere privado, extorsão e corrupção passiva (arts. 148, 158, § 1º, c/c o art. 29, e art. 317, § 3º e 4º, 'a' e 'c', da Lei 4.898/1965). 4. Retirada do monitoramento eletrônico. 5. **Habeas corpus impetrado contra decisão monocrática do STJ. Impossibilidade. Esgotamento das vias recursais. Precedentes.** 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 170.091 AgR, Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJe 03/09/2019; grifos diversos do original.)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, **indefiro liminarmente a petição inicial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator